



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Memorial de Projeto Final

SOBREVIVENTES:
O outro lado do suicídio

Autores: João Paulo Mariano Cardoso de Souza
Jorge Henrique Macedo Alves

Orientador: Sérgio de Sá

Brasília – DF, dezembro de 2013

JOÃO PAULO MARIANO CARDOSO DE SOUZA
JORGE HENRIQUE MACEDO ALVES

SOBREVIVENTES:

O outro lado do suicídio

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Comunicação Social com
habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Araujo de Sá
Orientador

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
Examinador

Profa. Dra. Liliane Machado
Examinadora

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

“O suicídio faz com que amigos e familiares se sintam seus assassinos.”

Van Gogh

Resumo

Este projeto experimental é uma reportagem que tem como proposta mostrar que o jornalismo pode retratar histórias complexas como as de suicídio. A sugestão é que isto seja feito por meio de reportagens que dão voz aos envolvidos. Ao relatar a trajetória e emoções daqueles que vivem a vida após a morte de familiares ou amigos, ou mesmo retratar as histórias daqueles que tentaram se suicidar e não conseguiram, é possível compreender melhor o sentimento daqueles que estão envolvidos diretamente com o assunto. Além disso, o trabalho mostra que há maneiras de encontrar uma nova saída para situações extremas. Isso foi feito por meio do uso dos processos de apuração, escrita e reescrita e de edição. Ao abordar o tema com o auxílio de profissionais que trabalham com o suicídio, é possível entender os conflitos de cada um sem a necessidade de julgar os atos de ninguém. O suicídio é um problema de saúde pública. Falar sobre o tema, inclusive dentro das redações, é um dever do jornalista. A sociedade precisa ser alertada sobre o assunto.

Palavras-chave: sobreviventes; suicídio; prevenção; reportagem.

Abstract

This is the memorial of a report presented as an experimental project. The subject is showing that the journalism is able to talk concerning tough stories like the suicide ones. It is possible to have a better understanding about the feeling of the people directly involved in suicide when the stories and the journeys from those people live the life after death of relatives or friends, or even talk about the stories from those who tried to kill themselves and didn't get it. Furthermore, the work shows that is possible to find other ways out of extremely situations in life. This was made with using of process about detection, write and rewrite and text edition. In an approach with professionals that work suicide as subject, the difficulties of each person are understood without the need of judging the personal acts. The suicide is a public health problem. Talking about the theme, including inside the newsrooms, is a duty to journalists. The society needs to be alerted about the subject.

Key-words: survivors; suicide; prevention; report

Agradecimentos

Primeiramente agradecemos a Deus pela vida, dons, força e a graça de apresentar este trabalho e por ter cursado esses anos de faculdade. Temos o claro discernimento de que se não fosse por ele e toda a intercessão divina não chegaríamos a este trabalho final.

É preciso agradecer também, sem dúvida, a nossos mestres que tanto nos ensinaram durante a caminhada na faculdade. Não vamos nomear todos sob o risco de esquecer alguém, mas sem a experiência adquirida nestes quatro anos não seria possível escrever esta reportagem. Vale ressaltar nossa gratidão especial ao professor Sérgio de Sá, que topou nos orientar mesmo diante de um tema tão complexo. Seus conselhos e dicas foram fundamentais para nós nesses últimos seis meses. Muito obrigado!

Queremos agradecer a nossos pais em primeiro lugar pela insistência e confiança de que um dia cursaríamos o ensino superior. A educação que vocês nos deram foi fundamental para chegar até aqui, muito obrigado por tudo. Além deles, devemos lembrar também dos irmãos, amigos e companheiros de diferentes estágios que estiveram conosco ao longo desses anos.

A trajetória na universidade não foi fácil. Em alguns momentos quisemos desistir de tudo, mas foram eles que nos deram força e motivação para continuar. Somos gratos a cada um de vocês pelas palavras de apoio e incentivo. Saibam que são parte fundamental desta nossa conquista, e é com vocês que queremos brindar e dividir este momento único em nossas vidas.

Sumário

1. Introdução	7
2. Objetivos	9
3. Problema de pesquisa	10
4. Justificativa	12
5. Referencial teórico	14
5.1 O conceito de suicídio.....	14
5.2 Suicídio e cultura.....	17
5.3 Sobreviventes e o luto.....	20
5.4 Jornalismo e suicídio.....	22
5.5 Notícia e reportagem.....	25
5.5.1 Reportagem.....	26
5.6 Entrevista.....	28
6. Procedimentos metodológicos	31
6.1 Concepção da ideia.....	31
6.2 Primeiros passos.....	31
6.3 Apuração dividida.....	32
6.4 O desafio de escrever.....	33
7. Considerações finais	36
8. Cronograma	38
9. Orçamento	39
10. Referências bibliográficas	40

1. Introdução

O suicídio é controverso. Ele existe, entretanto o silêncio é a resposta mais comum quando se aborda o tema. Em geral, a sociedade opta por deixá-lo de lado, à margem de uma discussão mais ampla. Quando alguém se suicida, a causa da morte costuma ser omitida ou modificada, numa espécie de proteção oferecida para a família. Assim, os envolvidos não ficam expostos a comentários alheios, suas vidas não são invadidas e a memória e a identidade de quem morre se mantêm preservadas.

Por mais comum e corriqueiro que seja – afinal de contas, segundo as estimativas mais recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2011, um milhão de pessoas se suicida no mundo a cada ano –, parece haver um véu sobre o tema, algo que o torna um tabu dentro da sociedade. Apesar de existir desde sempre, as pessoas não conseguem aceitar a ideia de que alguém escolheu não viver mais quando a morte lhe parece ser a única saída possível para dar fim a um sofrimento grande ou a problemas aparentemente sem solução.

Há ainda polêmicas em torno do suicídio. Teóricos do jornalismo, como Arthur Dapieve, em *Morreu na contramão* (2007), tem um extenso trabalho sobre o assunto. Já o sociólogo Émile Durkheim, em *O suicídio* (2007), expõe um ato como um fato social, trazendo uma informação de enorme importância para a abordagem posterior. Apesar da distancia temporal dos autores, ambos afirmam que a omissão do debate acerca do tema pode trazer efeitos negativos para a sociedade. A maior justificativa para não se falar sobre o assunto fica por conta do contágio, algo semelhante a uma epidemia. A retratação de casos de suicidas na mídia faria com que o número de óbitos subisse. Em contrapartida, esconder o suicídio pode ser prejudicial no sentido de não informar as pessoas sobre um tema que já é considerado pela OMS uma epidemia e, por isso, problema grave de saúde. E é aqui que entra nossa reportagem. Como falar de suicídio sem expor as vítimas e ao mesmo tempo informar a população sobre algo tão dramático?

A resposta que tivemos não foi óbvia a princípio: contar as histórias daqueles que ficam. Tirar o foco da morte e, numa tentativa de driblá-la, falar da vida! Uma tentativa difícil e complexa, porque o suicídio é marcante também dentro do universo daqueles que foram atingidos por ele, direta ou indiretamente. Na reportagem contamos

histórias de pessoas comuns, que, em um ato corajoso e solidário, falaram sobre seu sofrimento, a dor pela perda de familiares ou amigos, a superação do luto e as memórias que trazem dessas pessoas consigo.

Além disso, mostramos também outra face dura e cruel do suicídio: as tentativas não fatais. Duas jovens contaram como quase tiraram a própria vida. Em uma delas descobrimos algo que nos chamou a atenção: a menina tentou se matar por quatro vezes e de modos distintos. Em uma das situações repetiu o mesmo ato que presenciou na família: a morte por envenenamento, método que vitimou alguns de seus familiares.

Todo esse cenário nos trouxe para um mundo que até então desconhecíamos ou apenas tínhamos conhecimento de “ouvir falar” ou ler em artigos pouco divulgados na internet. O suicídio é algo chocante, triste e incompreensível muitas vezes. Nós, como aspirantes a jornalistas, tentamos com este trabalho jogar um pouco de luz sobre esse tema que ainda é tratado de modo obscuro pela sociedade.

2. Objetivos

Escrever uma reportagem para mostrar as histórias por trás dos casos de pessoas envolvidas com o suicídio no Distrito Federal, com todas as etapas de preparação de uma reportagem: estudo prévio, coleta de informações, apuração, escrita, edição e finalização. Investigar e apurar como é o outro lado do suicídio, a posição dos que ficam e vivem com a dor de ter perdido alguém pela morte voluntária. Também quisemos compreender de que forma vivem aqueles que passaram pela experiência de tentar suicidar-se, e com isso perceber ainda mais as nuances do tema, dando ênfase ao poder de superação do ser humano.

Conhecer como vivem as famílias que perderam algum parente por suicídio é imprescindível para relatar as histórias de uma maneira que permita mostrar os personagens de forma mais central, com mais importância que os números conseguidos.. Com o produto, obtivemos um relato original das aflições e sofrimentos daqueles que vivem o processo de luto por suicídio, que é diferenciado das demais formas de morte. Dar voz àqueles que passaram pela dor de se despedir de alguém que optou pela própria morte. Além disso, mostramos as dificuldades que enfrentam os que integram o quadro do chamado grupo de risco de suicídio (pessoas que estão mais propensas a tirar a própria vida, seja por passarem pelo trauma de perder alguém por suicídio ou então por sofrer de algum transtorno mental): o que passam para conseguir um tratamento adequado e mostrar de que forma as entidades governamentais tratam o tema, que é considerado problema de saúde pública.

Como parte do processo de realização da reportagem, descobrir por que o tema é visto com preconceito pela sociedade e dentro das redações jornalísticas. Buscar junto à psicologia e à psiquiatria respostas, saber como as pessoas pensam o suicídio, e entender como os preconceitos sobre o tema podem ser superados para que haja uma discussão mais ampla acerca do suicídio. Junto a tudo isso, queremos entender qual o papel do jornalismo diante de um quadro tão complexo.

3. Problema de pesquisa

Nossa principal motivação para escrever a reportagem foi o fato de, ao entrar na universidade e questionar colegas de curso ou mesmo jornalistas nas redações sobre o porquê não se falar sobre suicídio na mídia, a resposta que sempre tivemos era muito simplista: porque não! Ora, como assim? Alguma explicação melhor e mais convincente do que simplesmente “porque não!” haveria de existir.

O que descobrimos, na verdade, é que não se aborda o tema suicídio nas redações porque há uma crença de que, ao se retratar o fato, isso pode estimular outras pessoas, suicidas em potencial, a cometer o mesmo ato. O suicídio não é mostrado, entre outros fatores, por convicções morais e religiosas – uma das explicações é que a exposição de casos de suicídios pode chocar a população. Há ainda a preservação da identidade dos envolvidos.

Conforme nos explicou o jornalista do *Correio Braziliense* Renato Alves, que em 2009 fez uma reportagem sobre a série de 12 mortes ocorridas no shopping Pátio Brasil desde 2001 até então, diferentemente do homicídio, em que há uma vítima e um infrator, – portanto um problema de segurança pública – no suicídio a morte é algo muito particular e não deve ser explorada, a não ser em casos em que a morte de alguém coloque em risco a vida de outras pessoas, como ocorria no shopping.

Em nossas pesquisas, descobrimos que manuais de redação como os de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* fazem referências discretas ao suicídio, e orientam seus profissionais a retratar casos de suicídios somente nos momentos em que a morte seja algo de interesse público, como ocorre com figuras públicas e conhecidas da sociedade em geral. Fora isso, o direito à preservação da imagem e dignidade humana deve ser conservado.

O jornalismo, com seu papel de informar, deveria abordar o tema? As grandes redações não comentam casos isolados de suicídio por considerar o tema como algo que não deve ser abordado – exceto em situações específicas que envolvam figuras conhecidas ou problema de segurança pública –, e por medo de que pessoas com ideias suicidas sejam incentivadas a reproduzir a prática, numa espécie de contágio social. Diante disso nos colocamos à frente do problema, partimos em busca das pessoas que

pudessem nos dar respostas para estas questões e nosso esforço foi em torno de encontrar uma solução para o questionamento inicial.

4. Justificativa

Ao longo da nossa experiência acadêmica e profissional, nos foi ensinado por nossos professores e chefes em redações e assessorias que o jornalista deve contar histórias por meio de reportagens. É isso o que colocamos em prática com este projeto de pesquisa. Dentre os diversos aspectos de uma reportagem, ressaltamos alguns pontos importantes, tais como: o aspecto social que envolve as notícias quando se retratam temas polêmicos e controversos; o caráter informativo da notícia que leva ao público assuntos que são considerados problemáticos até mesmo dentro das grandes redações jornalísticas; e o aspecto de serviço, que pode orientar pessoas envolvidas com o suicídio sobre como buscar ajuda especializada ou onde encontrá-la.

Apesar de o suicídio ser tema recorrente na sociedade, o assunto é pouco explorado na comunicação. Exceto em casos de grande apelo popular, em geral quando estão envolvidas personalidades públicas, o suicídio é pauta presente apenas nos consultórios de psicólogos, psiquiatras e demais especialistas no assunto. Tal fato não se explica, uma vez que dados da Organização Mundial de Saúde de 2012 mostram que uma pessoa comete suicídio no mundo a cada 40 segundos (OMS, 2012, p. 4). Entretanto, historicamente o assunto é ignorado nas redações de grandes jornais e passa a ser estudado nas universidades, especialmente na sociologia, psicologia e antropologia.

Com números tão alarmantes, é de se esperar que a comunicação aborde o fato, tanto jornalisticamente como na esfera acadêmica. O que vemos, entretanto, é que há, em uma percepção empírica, mais conteúdo sobre grandes coberturas de crimes passionais, por exemplo, mas poucos trabalhos sobre suicídios. Esse estudo ainda é bastante limitado no Brasil.

Por ser um fato social, o tema pertence à sociedade, e não deixará de existir. As taxas no Brasil têm crescido nos últimos anos, apesar de ainda serem consideradas baixas pela OMS. Disso surge nosso interesse pelo tema. Enquanto estivemos em redações, como na Rede Record, por exemplo, por diversas vezes soubemos de casos de suicídios pela cidade. Sempre que levamos as notificações para os editores, o que ouvíamos era a mesma resposta dada na faculdade: “Aqui não falamos disso. Volte para

seu trabalho e esqueça isso”. Não, isso não pode ser esquecido e deixado no silêncio para sempre.

Em algum momento alguém poderá e deverá querer ter voz para falar sobre o que ocorreu com alguém próximo. Logo, essa reportagem é a oportunidade ideal para colocar em prática aquilo que achamos ser correto com relação à cobertura jornalística do assunto: ouvir os sobreviventes, termo utilizado pela psicologia para definir quem fica e é atingido de modo mais sensível pela morte de alguém.

O suicídio é sempre a ponta do iceberg, ato extremo tomado em momento de grande sofrimento ou perturbação. Como jornalistas, nos propusemos a descobrir, por meio da reportagem, o que há por trás de algumas dessas mortes e também tentativas. Há muitos fatores envolvidos além dos julgamentos e preconceitos disparados pelo conservadorismo da sociedade. Há histórias de pessoas que talvez precisassem ou ainda precisam de ajuda. Algumas delas não conseguiram esse apoio a tempo. Outras, porém, foram fortes o bastante para não desistir diante da morte que se apresentou como saída mais fácil e prática. Quais foram as motivações para continuar a viver? Essa é uma das questões que buscamos entender para produzir esta reportagem.

5. Referencial teórico

5.1 Conceito de suicídio

Os estudos a respeito do suicídio são relativamente recentes, até porque os primeiros usos reconhecidos da palavra remontam ao século XVIII. Desfontaines, em 1737, teria utilizado a palavra para significar “o assassinato ou a morte de si mesmo” (RIBEIRO *apud* LOUZÃ NETO, 2004, p. 7).

Porém, os autores Fernando Neves, Humberto Corrêa e Rodrigo Nicolato afirmam no artigo “Suicídio e cultura: uma proposta para o fortalecimento da rede de cuidados em Saúde Mental” que o vocábulo já teria sido usado pelo abade Prevost, na França de 1734, e ainda por Sir Thomas Brown, em 1643, no livro *Religio Medici*. De certo, o início da utilização da palavra não demonstra que o ato não existia anteriormente.

Contudo, como afirma o pesquisador Daniel Mendelski Ribeiro, no artigo “Suicídio: critérios científicos e legais de análise”, a origem mais aceita é Desfontaines, que era botânico e utilizou os vocábulos *sui* que significa si mesmo e *caedes* que é ação de matar (RIBEIRO *apud* ESQUIROL, 2004, p. 7).

O francês Etienne Domenique Esquirol era psicólogo e foi um dos primeiros alienistas e discípulo de Philippe Pinel (1745-1826). Em 1827, Esquirol escreveu o livro *Des Maladies Mentales*, que contribuiu para reforçar a concepção de loucura como doença e não como algo diabólico. Para Esquirol, os suicidas eram “alienados”, ou seja, tinham alguma doença que lhes tirava a razão. Segundo Baechler, um estudioso do século XX, o suicídio está ligado a fatores genéticos, o que é bastante refutado. Maria Cecília de Souza Minayo, em sua pesquisa sobre a auto-violência, cita o trabalho de Jean Baechler no livro *Les suicides de 1975*:

A ideia de Baechler é de que não importa quem se mate; cada indivíduo herda, através de seu quadro genético, uma capacidade maior ou menor de enfrentar os desafios da vida. Ou seja, há indivíduos mais sujeitos à depressão, outros mais serenos. (MINAYO, 1998, p. 3)

O sociólogo francês Émile Durkheim teve importância central no estudo sobre o tema, que é explorado em seu livro publicado em 1897, *O suicídio*. Nele, o pensador

afirma que suicídio seria “todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima” (DURKHEIM, 2005, p. 15). Assim, a tentativa de suicídio seria o “ato assim definido, mas interrompido antes que dele se resulte a morte” (Idem). Tudo que se relacione a “suicídio” de animais está fora. Durkheim entendia o suicídio não mais como a expressão individual de uma doença, e sim como uma expressão individual de um fenômeno coletivo (DAPIEVE, 2007, p. 30). Foi a primeira vez que o suicídio foi encarado como um fato social, não com um ato individual.

O texto de Durkheim continua como uma influência para todos os pesquisadores que querem tratar, cientificamente ou não, sobre o tema. Para o sociólogo britânico Anthony Giddens, pouco se avançou na teoria sobre o suicídio após o livro de Durkheim. As formulações posteriores seriam menos precisas. Giddens esclarece que o sociólogo francês só pecou em não estudar as tentativas de suicídio, o que seria essencial para entender os suicídios consumados (GIDDENS *apud* NUNES, 1981, p. 1).

Ele classificou o suicídio em três categorias: altruísta, egoísta e anômica. A primeira está relacionada ao que é praticado por quem já não vê razão de ser na vida. O segundo relaciona-se ao indivíduo que se desprende da sociedade com facilidade e comete o ato por uma individualização desmedida. O terceiro, e último, é o tipo anômico. Ele surge a partir de uma mistura entre os dois primeiros (altruísta e egoísta), e acontece em situações em que há rupturas sociais drásticas.

O psiquiatra brasileiro Roosevelt Cassorla reconhece que atualmente sabe-se que o suicídio é a ponta do *iceberg* de uma série de comportamentos e fantasias. No livro *Do suicídio: estudos brasileiros*, ele afirma:

Trata-se de um evento que ocorre como culminância de uma série de fatores que vão se acumulando na biografia do indivíduo, em que entram em jogo desde fatores constitucionais até fatores ambientais, culturais, biológicos, psicológicos, etc. O que se chama “causa” é, geralmente, o elo final desta cadeia. (CASSORLA, 1998, p. 20)

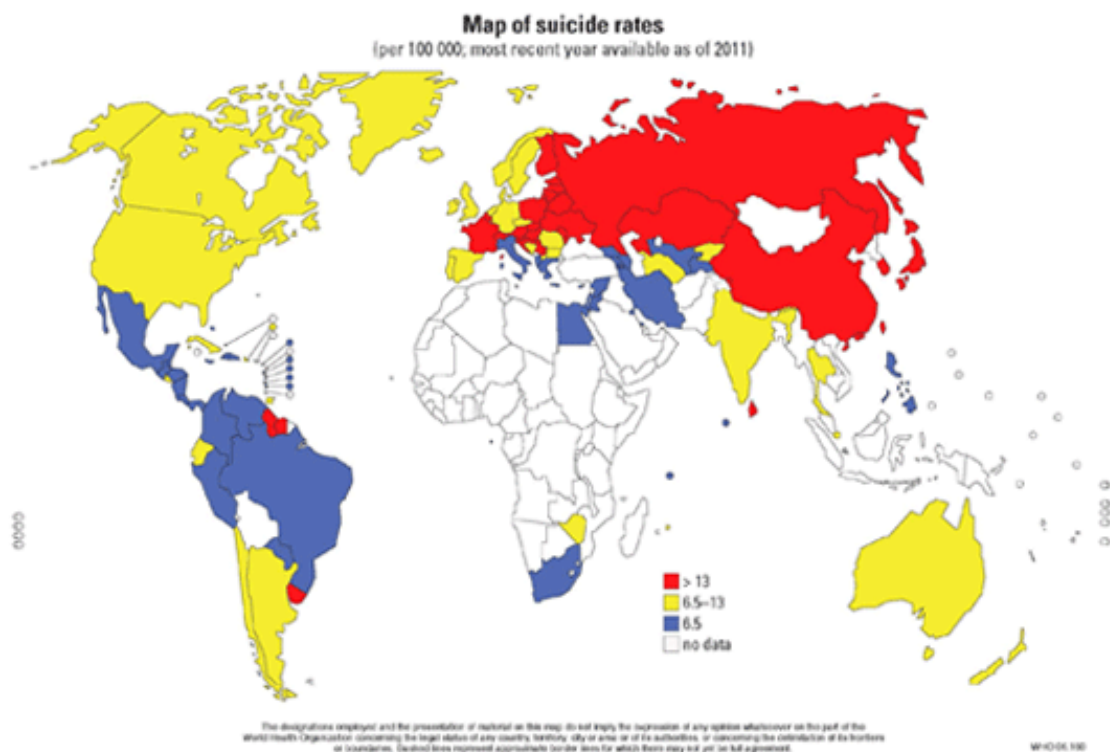
De acordo com o pesquisador, a morte voluntária tem relação com a pulsão de morte comentada pelos freudianos e está presente em todos nós, manifestando-se em grupos ou individualmente (Idem, 1998, p. 18) Assim, o suicídio mostra-se como um ato que perpassa os limites culturais e está presente onde os seres humanos têm interações sociais. É um mal que está presente em todas as classes, gêneros ou países.

Evidentemente, em alguns mais que outros. Para compreender mais sobre o assunto é necessário uma revisão histórica sobre o tema, pois o ato existe desde a pré-história e vem passando por mudanças conceituais (DIEHL; CORDEIRO; LARANJEIRA, 2011).

Se comparado a países do leste europeu ou orientais como o Japão, o Brasil não apresenta uma taxa elevada de suicídios. A OMS considera que um país tem alta taxa de suicídio quando este número é superior a 13 mortes por 100 mil habitantes. O Brasil ocupa a 67ª posição na classificação mundial, com taxa de 5,1 mortes. No entanto, em números absolutos, o Brasil está entre os líderes das nações com mais suicidas. Por aqui, aproximadamente 25 pessoas se matam por dia, fazendo do país o 11º colocado no ranking mundial de suicídios (SOUZA, 2010, p. 6).

O suicídio é um fenômeno que não depende de uma única causa. Há uma combinação de fatores – biológicos, psicológicos e sociais. Entre as principais causas psiquiátricas preveníveis está a depressão, transtorno bipolar, a esquizofrenia e o alcoolismo. Indivíduos com dois transtornos mentais têm um risco de tentar o suicídio 3,5 vezes mais alto do que aqueles que não têm nenhum transtorno. Embora os transtornos mentais estejam associados a mais de 90% de todos os casos de suicídio, o suicídio pode ser resultado de muitos fatores culturais e sociais muito complexos.” (Idem, 2010, p. 6).

Gráfico 1. Fonte: OMS / 2011



Na literatura, diversos personagens optam pela morte voluntária. Um dos exemplos mais conhecidos é o do famoso personagem de Johann Wolfgang Von Goethe, Werther, no livro *Os sofrimentos do jovem Werther*, publicado em 1774.

Nele, Werther sofre uma desilusão amorosa e recorre ao suicídio como forma de libertar-se do sofrimento. Contudo, a realidade às vezes copia a ficção: uma onda de suicídios sobreveio na Europa após 1774. Era o período romântico e muitos jovens se identificavam com os sofrimentos do personagem. Segundo Arthur Dapieve, a situação chegou ao ponto de jovens europeus adotarem a mesma forma de suicídio de Werther: um tiro de pistola na cabeça (DAPIEVE, 2007, p. 14). Ele ainda afirma que:

Exemplares do livro de Goethe eram encontrados ao lado dos corpos moribundos dos cadáveres. A expressão “efeito Werther” passou a ser usada sempre que um suicídio – sobretudo o de artistas – serve de inspiração para que outras pessoas se matem. (Idem, p. 15)

Mas existem personagens do mundo real que se suicidam. Como exemplos podemos citar Marilyn Monroe, que teve uma overdose de barbitúricos, e Getúlio Vargas, um dos presidentes mais conhecidos da história brasileira, que se matou com um tiro.

Em Brasília, nos anos 1980, pessoas se jogavam da Torre de Televisão para um salto mortal. Depois de seguidos incidentes, o governo precisou colocar grades laterais de proteção no mirante do local, a fim de conter os casos. Na primeira década dos anos 2000, a população do Distrito Federal voltou a se chocar com as diversas mortes ocorridas no shopping Pátio Brasil, na Asa Sul. O estabelecimento também fez mudanças em sua estrutura para tentar dar fim aos casos.

5.2 Suicídio e cultura

A morte voluntária, com o passar dos anos, ficou carregada de complicações e polêmicas. Apesar de ser uma decisão pessoal, o ato afeta a todos que estão ao redor, direta ou indiretamente. J. Marques Teixeira, ao citar os estudos do norte-americano Michael Jay Kral, sugere que o suicídio não é mais do que uma ideia, muito embora uma ideia bastante má, que tem a ver não só com a vida psicológica dos indivíduos, mas também com as crenças e as normas sociais. O suicídio acaba atraindo diversas interpretações falsas.

Uma ideia que, ao realizar-se, se transforma num ato que, em certa medida, tem uma função: prover o indivíduo com uma solução para uma dor intensa, psíquica e pessoal. A vida ao terminar leva com ela essa dor insuportável. Solução trágica que nos interpela pela irrupção do inesperado matizado com essa tinta do horrível. (TEIXEIRA, 2010, p. 16)

Já no antigo Egito, não o termo, mas o costume do suicídio já estava presente. No poema egípcio de 2035 a.C. *Diálogo de um cansado da Vida com sua alma*, conta-se a história de um suicida com seus impulsos autodestrutivos. Também, no antigo Egito, na época de Cleópatra, fundou-se a Academia de Sinapotumenos, que em grego significa “matar juntos”.

De acordo com Neves, Corrêa e Nicolato (2010), na ilha grega de Ceos, o suicídio era comum aos idosos após os 60 anos para permitir que houvesse comida aos mais jovens, citando De Lise, em 1856. Quando a subsistência parou de ser essencial, o suicídio só foi permitido após os motivos serem explicados a magistrados da época que obedeciam à regulamentação de leis.

Já nas cidades dos grandes impérios, como Atenas e Roma, as opiniões variavam:

Entre os gregos, as opiniões sobre o suicídio eram bastante variadas. Algumas cidades, como Atenas, Esparta e Tebas, estipularam punições para os corpos dos suicidas, enquanto outras não. Entre os atenienses, a mão dos suicidas que havia servido de instrumento à realização do crime era cortada pelo carrasco e queimada ou enterrada separadamente do restante do corpo. Em Tebas, era proibido lhes render as últimas homenagens e sua memória estava manchada. As leis espartanas também eram severas, se consideramos o ocorrido com Aristodemo, que foi privado das honras da sepultura. (NEVES; CORRÊA; NICOLATO, 2010, p. 24-25)

O assunto variava para alguns filósofos gregos. Aristóteles e Pitágoras eram contrários. Já Platão era contrário a depender da situação. Se fosse por condenação, dor insuportável ou incurável e em algumas misérias do destino, como extrema pobreza, Platão acreditava que a morte voluntária era permitida. Na conversa que Sócrates, mestre de Platão, teve com os amigos antes de tomar o copo de cicuta, exemplifica o que Platão acredita: “Talvez desse ponto de vista seria razoável dizer que um homem

não deve matar a si próprio a menos que Deus envie alguma necessidade sobre ele, como agora acontece comigo” (Idem, 2010, p. 25).

Na época dos Maias – século V a.C., a deusa Ixtab era a protetora dos que cometiam suicídio, ato comum entre os índios da época. Ela é representada por uma mulher com uma corda no pescoço e rosto desfigurado. Já para os Vikings, os suicidas eram os segundos à mesa da festa chamada Valhalda, abaixo dos deuses e heróis. Surpreendentemente, os que morressem na cama eram condenados a comer com os serventes (Ibidem).

No antigo oriente, mais precisamente no Japão, os que perdiam a honra deveriam praticar o *seppuku* (rasgar o ventre, desventrar-se), também conhecido popularmente por *haraquiri*. Perder a honra era uma desgraça para a pessoa e para toda a família. O ato era um meio de redimir-se perante a sociedade. Era muito comum entre samurais. Na Índia, durante séculos viúvas eram obrigadas a se suicidar imolando-se no túmulo do esposo falecido. O ato era chamado de *Suttee* e só foi considerado ilegal no início do século XIX.

No artigo “Suicídio e cultura”, os autores Fernando Neves, Humberto Corrêa e Rodrigo Nicolato afirmam que nos primeiros tempos do cristianismo houve uma atração ao suicídio, mas por motivos diferentes das “mortes romanas”. O suicídio poderia ser uma forma de alcançar o martírio e, conseqüentemente, o paraíso. Alguns cristãos se jogavam no local onde companheiros eram queimados. Tertuliano, um teólogo cristão dos primórdios do catolicismo, acreditava que a morte de Cristo era uma espécie de suicídio, pois ele já sabia que iria morrer, porém nada fez para evitar.

Para os pesquisadores, o pensamento cristão só mudou quando o catolicismo já era predominante. Eles influenciaram bastante o pensamento ocidental sobre o assunto e auxiliaram na formação do tabu. Eles lembram que “na Bíblia há nove suicídios no Antigo Testamento e um no Novo Testamento – o de Judas Iscariotes, traidor de Jesus” (NEVES; CORRÊA; NICOLATO, 2010, p. 25).

Platão doutrinava que o suicídio era um ato desonroso e um cidadão não poderia privar a sociedade de sua vida cívica. Só Deus era o responsável por tirar ou dar a vida (PLATÃO, 1991, p. 112). Esses pensamentos foram base dos ensinamentos de pais do cristianismo, como Santo Agostinho (354–430), e é exemplificado, em especial, no quarto dos dez mandamentos bíblicos: “não matarás”.

Segundo Neves, Corrêa e Nicolato, apenas no século XX, houve uma flexibilização na doutrina católica que permitiu os ritos fúnebres para suicidas. Outra mudança foi a inserção da possibilidade de arrependimento antes do ato, o que pode levar o indivíduo à salvação e ao entendimento de que muitos suicidas tinham problemas mentais, tirando a influência demoníaca.

5.3 Sobreviventes e o luto

Antes de falar sobre os sobreviventes – personagens principais deste trabalho – foi necessário expor sobre o conceito de suicídio e como ele foi visto por diversos povos até chegar à sociedade ocidental em que vivemos. Agora, será possível entender um pouco do drama em que uma família se insere após um ato como este.

Acreditou-se por muito tempo que o pintor holandês Vincent Van Gogh tinha se suicidado em 1890 na França. Porém, os autores Steven Naifeh e Gregory White, no livro *Van Gogh: A vida*, afirmam, após um estudo de dez anos sobre o artista, que ele morreu por disparo acidental feito por dois jovens que ele conhecia de uma arma com defeito.

O livro *Prevenção do suicídio: manual dirigido para profissionais da saúde da atenção básica*, da Organização Mundial da Saúde (OMS), que está disponível no site da biblioteca virtual do Ministério da Saúde (<http://bvsmms.saude.gov.br/>), sugere que para cada suicídio há, em média, cinco ou seis pessoas próximas ao suicida que sofrem consequências emocionais, sociais e econômicas. Ainda existem aqueles que após uma tentativa frustrada de suicídio permanecem com sequelas, vivendo com problemas físicos ou psicológicos. Esses são os sobreviventes. Não há números exatos. Há apenas estimativas. E o que ocorre com esses sobreviventes? Como é esse processo de vivência do luto?

Para o sociólogo Nei Ricardo de Sousa, quando se pesquisa o fenômeno do suicídio, é importante estudar a família para que o produto final se insira numa abordagem que procure compreender o fenômeno, buscando reconstruir, a partir dos relatos de seus membros, como era o contexto de vida da vítima e levantar hipóteses que expliquem como o fenômeno do suicídio se produziu.

Após o ocorrido, devido ao contato prático com estes casos, sei que a família procura justificar o ato, para si e para os outros, em

termos de algum problema psicopatológico apresentado pelo morto, normalmente depressão ou dependência química. Aqui aparece nitidamente a tendência de vincular o suicídio a algum transtorno mental. (SOUSA, 2005, p. 7)

A doutora em psiquiatria clínica Joanneliese de Lucas Freitas afirma que todas as relações significativas estão sujeitas ao luto. Ainda diz que “o impacto da morte de outrem e o conseqüente luto não se definem por rótulos interacionais, entretanto o luto é diferentemente vivenciado a depender da qualidade da relação que mantemos ou mantínhamos com quem perdemos” (FREITAS, 2013, p. 99). O fenômeno pode ser vivenciado solitariamente ou dentro de um grupo social.

Sigmund Freud foi o primeiro a tecer apontamentos sobre o assunto (Idem). Para ele, o luto seria uma vivência normal, específica diante da perda significativa de um algo que pode ser um pessoa próxima, um país, o ideal etc. Tais vivências estão conscientes e implicam em um empobrecimento do mundo, pois de certa forma o ambiente ao redor lembra o que se foi. Seus sintomas seriam os mesmos da melancolia, com exceção da autoestima, que não se encontraria perturbada.

Maria Júlia Kovács diz que “a morte como perda nos fala em primeiro lugar de um vínculo que se rompe, de forma irreversível, sobretudo quando ocorre perda real e concreta” (KOVÁCS, 1992, p. 150). Assim, a vivência do luto e seu tempo são variáveis, sendo que em alguns casos nunca termina, embora estes ocorram com menos frequência. Em seus estudos, defende que não é possível generalizar essa experiência, pois ela depende das causas e circunstâncias da perda, bem como do vínculo com aquele que morreu.

No decorrer da reportagem foi possível perceber o que diz Kovács: a experiência de luto em alguns casos parece que ainda não cessou, tornando-se uma doença psicológica que precisa ser tratada. As lembranças parecem ser mais fortes. Para Nei Ricardo Sousa, o luto dos familiares de um suicida é tão diferente que se torna um divisor de águas – havia uma família antes e há outra após o ato. Exige da família uma nova norma de vida. (SOUSA, 2005, p. 75)

Nei Ricardo Sousa lembra que:

É mais provável que o luto normal sobrevenha em um grupamento familiar cujo suicídio esteja integrado na vida cotidiana porque isso indica que uma nova norma está se instalando na família e já encontra lugar na casa. Não se trata aqui de prever o tempo necessário, nem de estipular limites, dado que a subjetividade de cada família e de cada familiar é ímpar. (Idem)

O pesquisador entende que o período que se segue à morte do parente é sofrido e repleto de dúvidas, que provavelmente nunca serão esclarecidas, restando aos sobreviventes a possibilidade de alguma elaboração. O desgaste emocional e físico torna-se grande.

5.4 Jornalismo e suicídio

Luiz Costa Pereira Júnior afirma que o jornalismo é a seleção dos fatos. O jornalista, por sua vez, seria um intérprete, mas não um intérprete qualquer. Ele “trabalha sob um substrato de vestígios, testemunhos e elementos, constrói um contexto para o fato por ele isolado” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 30). Para Alberto Dines, “os jornais são instrumentos de acesso ao mundo para o cidadão” (DINES, 1976, p. 35).

O suicídio, como dito por Durkheim, é um fato social, portanto faz parte dos acontecimentos que estão em volta dos jornalistas e das empresas midiáticas. Assim, possivelmente a morte voluntária pode ser enquadrada no escopo de partes da realidade selecionadas para entrar nos jornais.

É perceptível, porém, um “acordo de cavalheiros” de não se noticiar o fato. Paiva e Ramos afirmam que, apesar de o silêncio a respeito de fatos relevantes serem uma atitude contrária à própria essência do jornalismo, o suicídio, cotidianamente, é um assunto deixado de lado. Para elas, o suicídio, devido a “uma série de questões éticas, humanitárias e culturais justifica uma rara unanimidade entre os profissionais da imprensa: suicídios não merecem espaço nas páginas, a não ser em determinadas circunstâncias” (PAIVA; RAMOS, 2007, p. 119).

Não há nada que impeça os jornalistas de falarem sobre o assunto. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros atualizado em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) afirma no segundo parágrafo de seu Artigo 11 que o jornalista não pode divulgar informações “de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores

humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”. Não há nada específico sobre o suicídio. Este é o único trecho em que o assunto se encaixa, pois não há uma citação direta do tema.

O tema poderia ter entrada nos noticiários quando se fala a respeito de violência. Para a pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Thaís de Mendonça Jorge, o ato suicida pode reunir uma série de valores-notícia (JORGE, 2006, p. 10).

Para ela, há momentos em que os valores-notícia entram em atuação:

Eles regem as pautas; orientam o trabalho de apuração do repórter em campo; determinam ordens de edição. Os sentidos do repórter ficam em alerta quando descobre um detalhe instigante na apuração. O valor da matéria aumenta, ela tem condições de ganhar a primeira página. Desse modo, são os valores-notícia que determinam a capa do jornal e da revista, a Escalada (chamadas dos blocos noticiosos na TV), a Home na Internet. (JORGE, 2006, p. 8)

Alguns dos valores-notícia do suicídio de um desconhecido seriam atualidade, proximidade, morte e violência. Ainda pode fazer parte de mistério, confidências, sexo ou religião. Para pessoas famosas, além de todos os anteriores, o assunto se encaixaria em notoriedade, poder, impacto e dinheiro.

Paiva e Ramos lembram que “a maioria dos jornais considera que o suicídio diz respeito à esfera privada e só deve ser divulgado quando guardar relação com assuntos de interesse público” (PAIVA; RAMOS, 2007, p. 127). Isso se comprova quando se vêem notícias sobre suicídios de famosos como o do membro da antiga banda Charlie Brown Jr., Champignon, no dia 9 de setembro de 2013, ou do ator Walmor Chagas, no dia 18 de janeiro do mesmo ano. Os casos foram amplamente comentados nos mais diversos veículos de comunicação do país. Ainda sobre famosos, é possível lembrar o suicídio de Getúlio Vargas e de Marilyn Monroe.

Em *Prevenção de suicídios: um manual para profissionais da mídia*, a OMS aponta que “o relato de suicídios de uma maneira apropriada, acurada e cuidadosa, por meios de comunicação esclarecidos, pode prevenir perdas trágicas de vidas” (OMS, 2000, p. 5). O material ainda afirma que “os clínicos e os pesquisadores sabem que não é a cobertura jornalística do suicídio em si, mas alguns tipos de cobertura, que aumentam o suicídio em populações vulneráveis” (Idem, p. 4).

Segundo Durkheim, não há dúvidas de que a ideia do suicídio pode ser comunicada de forma contagiosa e que não há um fenômeno tão contagioso. Porém, ele crê que o “que pode contribuir para o desenvolvimento do suicídio ou do crime não é o fato de se falar deles, é a maneira como se fala” (DURKHEIM, 2005, p. 125).

Dapieve cita o intrigante exemplo do suicídio de Marilyn Monroe, em agosto de 1962, para falar do efeito de contágio que pode acontecer e de como um meio de comunicação pode ser mais influente do que o outro. Trezentas e três pessoas escolheram pôr fim a vida, além da taxa mensal norte americana. Ele ainda ressalta que “casos noticiados aumentam em 2,51% o índice” (DAPIEVE, 2007, p. 16).

Ele cita o estudo do professor S. Stack, da Universidade Estadual de Wayne, que afirma que os meios impressos teriam maior peso que os eletrônicos.

Na tevê, notícias sobre o suicídio duram em média menos de 20 segundos e podem ser esquecidas ou até despercebidas. Já as histórias impressas podem ser “guardadas, relidas, postas na parede ou no espelho das pessoas, estudadas”. Cópias de tais notícias são, frequentemente, encontradas junto a corpos de suicidas. Do mesmo modo como, no século XVII, acontecia com os exemplares de Werther. (Idem, p. 16)

O pensamento do autor pode estar um pouco envelhecido, pois já é facilmente possível guardar o que se vê na TV ou internet.

Fábio Souza, ao falar da prevenção primária ao suicídio, cita quatro itens, sendo o primeiro em relação ao acesso a informações. Ele considera que “a mídia, os serviços de saúde, a escola, bem como serviços comunitários, têm um papel fundamental em qualquer programa de prevenção de suicídio” (SOUZA, 2010, p. 6).

Para a jornalista Carolina Pompeo Grando, no artigo “O suicídio na pauta jornalística”, do ponto de vista prático, “as dúvidas dos profissionais da imprensa dizem respeito a como abordar as fontes, como investigar as causas e as circunstâncias de um suicídio, como informar o leitor sem produzir um relato noticioso sensacionalista, agressivo, equivocado ou incompleto” (GRANDO, 2010).

As dúvidas do profissional-jornalista e do indivíduo-jornalista podem se confundir e dizem respeito ao papel do jornalismo em oferecer informações que possibilitem uma reflexão mais ampla sobre tema tão delicado quanto o suicídio e, principalmente, sobre qual é o direito do jornalismo em expor esse evento sem, no entanto, questionar a legitimidade de uma ação tão pessoal e ainda pouco compreendida pelas sociedades ocidentais. (Idem)

Devido ao suicídio ser um tema complexo e pouco explorado em nossa sociedade, discussões sobre o assunto muitas vezes não são feitas. Dentro do jornalismo acontece o mesmo. É claro que os jornalistas estão inseridos dentro da sociedade, por isso a dificuldade de falar sobre o tema acompanha o dia a dia das redações.

Braitner Moreira Andrade, na pesquisa “A cobertura seletiva do suicídio – como os fatos jornalísticos que envolvem a morte voluntária são tratados no Distrito Federal” realizada em 2011 conclui que para a imprensa brasileira o assunto só se torna notícia quando extrapola o círculo do indivíduo e faz alguma outra vítima. Ainda pode acontecer quando o jornalista tem alguma informação que possa ser capaz de diminuir as mortes voluntárias, alertando ou cobrando um posicionamento de autoridades. (MOREIRA, 2011, p. 34)

Ele ainda cita que “a falta de orientação em relação ao tema do suicídio é reflexo do tabu que a sociedade ainda encontra em tratar do tema da morte voluntária, raro em discussões e no meio de comunicação”. (Idem)

O jornalismo parece ainda não ter aprendido a lidar com essas histórias. As notícias sobre o assunto são quase inexistentes. Porém, houve momentos em que a veiculação de matérias sobre o tema ajudou a fomentar a discussão social. Algumas até receberam prêmios importantes, como a reportagem Suicídio.com, de Eliane Brum, em 2008.

Grando apresenta um caminho para que o jornalismo consiga compreender a importância de retratar o assunto como interesse de saúde pública, assim como pede a OMS:

O único caminho possível para esclarecer tais dúvidas é o debate, o aprofundamento de reflexões, o diálogo entre imprensa e sociedade, num esforço coletivo para não escorregar em preconceitos amplamente difundidos nem na leviandade que tanto facilita o encerramento de discussões difíceis, porém necessárias. (GRANDO, 2010)

5.5 Notícia e reportagem

Nilson Lage (1979), José Marques de Melo (1985), Muniz Sodré e Helena Ferrari (1986) são alguns pesquisadores brasileiros que exprimem uma diferenciação entre notícia e reportagem. No livro *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, Edvaldo Pereira Lima afirma que a notícia é uma mensagem articulada no bojo do processo de comunicação jornalística. Para ele, a notícia é construída da seguinte forma:

A notícia segue as fórmulas de construção que redundam na simplificação do relato em torno dos componentes o que, quem, quando, como, onde e por que, distribuídos de três maneiras distintas, conforme se opte pela técnica da pirâmide invertida, da pirâmide normal ou da pirâmide mista. (LIMA, 2009, p. 17)

Ainda nessa obra, Edvaldo Pereira Lima cita a diferenciação que José Marques de Melo faz entre notícia e reportagem no livro *A opinião no jornalismo brasileiro*. Para Marques de Melo, a notícia “é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”. Já a reportagem “é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO, 1985 *apud* LIMA, 2009, p. 23)

5.5.1 Reportagem

De acordo com a definição do *newsmaking*, assim como o acontecimento gera a notícia, a notícia também gera o acontecimento. Logo, “os jornalistas não são simples observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade” (TRAQUINA, 1999, p. 135). As notícias, afinal, “acontecem na conjuntura de acontecimentos e textos” (Idem) e são “o resultado de processos de interação social e de uma série de negociações” (Idem, p. 136).

Duas teorias principais fazem parte da literatura do *newsmaking*. Para a teoria organizativa, os constrangimentos organizacionais são essenciais para a prática jornalística, pois o jornalista se conformaria “mais com as normas da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo, ou com ideias éticas” (TRAQUINA, 1999, p. 135). Outra linha de pensamento dentro do *newsmaking* é a teoria construcionista, que ressalta “a importância da cultura profissional dos jornalistas e as suas práticas rotineiras” (Idem).

A notícia é um relato pontual, rápido. Para dar mais força e profundidade à notícia, era necessário colocar mais informações e contextualização à exposição dos acontecimentos jornalísticos. Lima afirma que a reportagem surgiu da necessidade de ampliar os fatos e dar para o receptor uma compreensão de maior alcance. Segundo ele, a reportagem é:

(...) a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo, a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia, com o lead e as pirâmides. (LIMA, 2009, p. 18).

A grande reportagem teve o seu espaço concretizado nas revistas semanais de informação geral, com o chamado Jornalismo Interpretativo, segundo Edvaldo Pereira Lima. O autor ainda expõe que esse jornalismo interpretativo elucidava os assuntos – ou as pautas – com a inclusão de alguns, ou de todos, os ingredientes. São estes: o contexto do fato nuclear ou da situação nuclear; os antecedentes; o suporte especializado; a projeção e o perfil.

Os pesquisadores Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari abordam a reportagem como sendo uma narrativa, que se entende como “todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11). Nós concordamos com os autores e tomamos a grande reportagem como sendo a ampliação da notícia com todos os itens expostos por Edvaldo Pereira Lima, onde há a busca da pluralidade de vozes e significados.

Na grande reportagem, que constitui nosso produto, procuramos utilizar todos os itens identificados por Edvaldo Pereira Lima. O assunto da morte voluntária pede uma abordagem que possibilite escutar as várias vozes envolvidas. Dessa forma, reforçando e testando o que foi abordado pelos autores sobre os conceitos de notícia, reportagem e de grande reportagem. Como diz Cremilda Medina, na entrevista que deu à Lima no livro abordado, é justamente a pluralidade de vozes e a pluralidade de significados sobre o imediato e o real que fazem com que a reportagem se torne um instrumento de expansão (LIMA, 2009, p. 23).

Ainda sobre os conceitos de notícia e reportagem, é possível citar outros dois autores que discorrem sobre o assunto e que têm opiniões complementares.

Nilson Lage afirma que a reportagem é difícil de definir. Para o autor, ela compreende desde a simples complementação de uma notícia – com apresentação de antecedentes e consequências –, até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica e conteúdos de interesse permanente. (LAGE, 1979 *apud* LIMA, 2009, p. 22).

Assim, no momento em que o jornal diário noticia um fato, por exemplo, um assassinato ou um estupro, ele traria uma semente de uma narrativa que pode desembocar em uma reportagem, como afirmam Sodré e Ferrari:

O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o que, como, quando, onde, por que) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. Esta é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma narrativa do veículo impresso. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11).

5.6 Entrevista

As entrevistas foram de extrema importância para o trabalho da reportagem sobre os sobreviventes do suicídio. Apesar de dados e citações de artigos serem usados, a conversa com as fontes é essencial. Desde o início, foi percebido que para obter uma reportagem profunda e atenta aos detalhes seria preciso dar atenção às entrevistas e, por consequência, aos entrevistados.

O jornalista e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina Nilson Lage, em seu livro *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, classifica a entrevista em quatro categorias: ritual – breve e fruto da formalidade; temática – assunto que o entrevistado domina; testemunhal; em profundidade – foco na figura e personalidade do entrevistado. Ele ainda cita que a entrevista tem significados ambíguos: “qualquer apuração com uma fonte capaz de diálogo; uma conversa de duração variável com personagem notável ou portador de conhecimentos ou informações de interesse para o público; a matéria publicada com as informações colhidas [...]” (LAGE, 2002, p. 73).

Luiz Costa Pereira Júnior, no livro *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*, afirma que a entrevista é uma forma de narrativa plena.

Busca uma carga a mais de significação sobre os fatos – um ângulo íntimo, “de dentro” – considerada privilegiada, não necessariamente verdadeira. Não se acredita propriamente na veracidade do relato, mas não pode haver dúvidas sobre a legitimidade do interlocutor. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 100)

A também jornalista Thaís Oyama prefere uma classificação simplificada dos tipos de entrevista, tomando como base a separação feita por Lage: informativa (que pode ser breve, longa, testemunhal ou temática) e a perfil (quando se procura mostrar quem é o entrevistado) (OYAMA, 2009, p. 8).

A jornalista cita a entrevista pessoal como a melhor forma de obter respostas boas. Depois viria a entrevista feita por telefone e por último a feita por e-mail.

A complicação com as entrevistas pode surgir no momento em que se percebe que a fonte está em uma situação de risco ou emocionalmente abalada. Para entrevistar os sobreviventes é preciso mais que simplesmente um roteiro de perguntas para evitar o imprevisto. “É preciso pensar na riqueza das respostas” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 103) e de como se aproximar das fontes. Assim, é possível fazer perguntas que podem ser consideradas delicadas em situações em que o entrevistado está emocionalmente abalado.

Oyama entende a entrevista como uma conversa que exige um mínimo de cordialidade, simpatia e palavras jogadas fora, em especial no primeiro momento de contato. Nilson Lage endossa essa posição quando afirma que qualquer entrevista é precedida de palavras sobre qualquer assunto, às vezes até sobre a marcação da entrevista.

Oyama chama atenção ainda para a seguinte situação: “O bom entrevistador é aquele que, antes de tudo, sabe ouvir. E saber ouvir implica, antes de tudo, ser curioso” (OYAMA, 2009, p. 28). Ela ainda busca deixar claro que ouvir com propriedade também significa não julgar o entrevistado ou, pelo menos, não expressar seu julgamento.

Assim, não há um assunto proibido, sobre o qual não se possa conversar. Para Oyama, um dos maiores erros que um entrevistador pode cometer é pensar que determinado assunto é proibido.

Para romper a distância entre o entrevistador e o entrevistado, e obter a confiança para que os relatos sejam mais profundos e reveladores, Pereira Júnior afirma que é preciso uma introdução – apresentar-se formalmente; Sentir o terreno – o repórter deve sentir nas primeiras respostas se a fonte se esquivava ou está temerosa de responder; momento de conexão – se o repórter não estiver conseguindo o que quer, precisa começar a pensar a forma de fazer a pergunta considerada delicada; momento de entrar de sola no assunto – com a confiança da fonte, a conversa fica mais solta; retardação - a fonte se sente confiável e fala o que quer que o repórter descubra; revelação – sem qualquer barreira, o repórter pode obter boas citações, pois a fonte diz o que deseja e o repórter pode perguntar mesmo as coisas mais difíceis.

6. Procedimentos metodológicos

6.1 Concepção da ideia

A ideia deste trabalho surgiu antes mesmo de o primeiro semestre de 2013 começar. Durante o recesso na universidade, por coincidência, estagiamos juntos na Rede Record. Amigos de longa data que somos, tivemos a sorte de trabalhar na mesma sala, éramos vizinhos de baia.

Durante uma de nossas conversas, soubemos que um de nós havia sido reprovado na disciplina de pré-projeto, o que abriu a possibilidade de voltarmos a estudar juntos, tendo em vista que ingressamos na universidade em semestres distintos. Sendo assim, veio a curiosidade de saber qual era a ideia apresentada como pré-projeto de pesquisa. E aí surgiu o tema pela primeira vez: suicídio.

Algo curioso e desafiador ao mesmo tempo. Na semana em que iniciamos nossas conversas, um caso de suicídio chegou até a redação e logo tivemos a resposta que justificaria seguir adiante com o trabalho: “Não noticiamos suicídios aqui, pode esquecer esse caso e ir para a próxima pauta”, disse um dos editores.

Após longas conversas e convencimento de ambas as partes (um para aceitar que era possível falar do tema abertamente e outro para acreditar que era mais fácil fazer o trabalho em dupla), chegamos à conclusão de que o suicídio seria mesmo nosso objeto de pesquisa, e que dali em diante iríamos juntos enfrentar essa jornada. Só nos restava descobrir como abordar o tema.

6.2 Primeiros passos

Com o tema definido, partimos para a produção do projeto que serviria de base para a produção da reportagem. Durante o primeiro semestre de 2013 buscamos aprofundar alguns conceitos importantes sobre o assunto, bem como definir o que seria feito: qual o foco do nosso trabalho. Após algumas leituras importantes – o livro *Morreu na contramão* (2007), do jornalista Arthur Dapieve; *O suicídio* (2007), do sociólogo Émile Durkheim; e *Prevenção do suicídio: manual dirigido para profissionais da saúde da atenção básica*, da Organização Mundial da Saúde (2000) –

vimos que o mais adequado seria falar das mortes sem citar métodos e de modo informativo.

Aí então definimos como foco da reportagem a cobertura do suicídio por outro lado: a partir do viés dos parentes e amigos de vítimas, denominados como sobreviventes pela psicologia. Nossa ideia sempre foi mostrar o quadro do suicídio no Distrito Federal, por conta da proximidade geográfica e complexidade do tema. Com o fim do pré-projeto, era chegada a hora mais difícil do processo: a busca por fontes.

6.3 Apuração dividida

Com base em experiências que tivemos durante a faculdade, achamos melhor dividir todo o processo. A apuração não seria fácil, especialmente a missão de encontrar pessoas dispostas a falar sobre a perda de alguém por suicídio. No começo, buscamos as fontes oficiais para tratar do assunto.

A primeira entrevistada foi Beatriz Montenegro, no dia 16 de agosto. A psicóloga conversou conosco na condição de diretora da Coordenação de Prevenção do Suicídio da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Durante cerca de uma hora estivemos juntos na sede da Secretaria, atentos ao que ela nos dizia. Essa foi uma das quatro entrevistas que conseguimos realizar juntos ao longo de toda a apuração.

Com a fala do governo em mãos, partimos para a busca de sobreviventes dispostos a conceder entrevista. Conseguimos três fontes, em um esforço pouco produtivo. Nesse momento tivemos a primeira reunião com nosso orientador, antes de o segundo semestre se iniciar. Ele nos disse que a reportagem ainda carecia de foco, que era preciso ter um recorte mais específico. Com relação às fontes, nos alertou que uma delas não poderia ser usada por ter relação próxima conosco e que precisaríamos de, no mínimo, cinco boas histórias para sustentar a matéria.

As notícias não foram boas, mas como ainda tínhamos tempo e o processo de apuração estava apenas começando, decidimos insistir na busca por entrevistados. Após indicações de amigos e pedidos na internet, chegamos a seis pessoas, todas distintas das que havíamos apresentado ao nosso orientador anteriormente. Com o conhecimento e aval dele, partimos para as entrevistas.

Nossa intenção era conversar com os primeiros sobreviventes juntos, para termos mais segurança e ideia do que seria perguntado de modo geral. Entretanto, não tivemos sucesso por conta dos problemas de agenda, especialmente em nossos estágios. Decidimos então dividir as fontes: cada um ficaria responsável por três sobreviventes. Antes da primeira entrevista, fizemos um pequeno roteiro com cerca de dez perguntas que não poderiam deixar de serem feitas para os entrevistados.

Por coincidência, conseguimos a primeira sobrevivente por meio da Record. Soubemos que uma mulher, grávida de nove meses e prestes a dar à luz, se jogara da janela do terceiro andar do Hospital Regional de Taguatinga (HRT). Fomos atrás dos registros e chegamos até a mãe da jovem, Sueli de Lima, 49.

A conversa aconteceu no dia 29 de agosto, pouco mais de duas semanas após a morte da filha Michele de Lima, 28. Ao ter contato diretamente com as fontes, percebemos o quanto seria difícil seguir até o fim com o projeto. Em cada conversa, lembranças esquecidas foram revisitadas em um processo que trazia consigo sofrimento, dor e comoção.

A cada lágrima derramada pelos oito sobreviventes com os quais conversamos em quinze dias de entrevistas, vimos de perto como é duro e traumático o processo de superação e luto pela perda de alguém próximo por suicídio. Infelizmente não conseguimos realizar nenhuma dessas entrevistas juntos. O levantamento de fontes havia sido realizado com sucesso, tínhamos oito histórias em mãos. Restava-nos agora colocar todo o material no papel e tentar, da melhor forma possível, retratar todos os sentimentos expostos pelos nossos sobreviventes.

6.4 O desafio de escrever

Além dos oito sobreviventes, conversamos com mais dez fontes, entre profissionais de saúde (psicólogas e psiquiatra), jornalistas, órgãos oficiais, jurista e organizações não governamentais. O processo de entrevista se estendeu da última semana de agosto até o fim de outubro. Os dois meses utilizados durante a apuração se justificam pela dificuldade em encontrar algumas fontes, especialmente especialistas no tema.

Além disso, principalmente durante o mês de outubro, iniciamos a escrita da reportagem. No início optamos por fazer algo que não foi possível durante as entrevistas: iríamos escrever quando estivéssemos juntos, e para isso escolhemos os domingos, único dia em que nossos horários coincidiam. Os encontros sempre foram realizados na casa de um de nós, e assim nos mantivemos até o fim da reportagem.

No primeiro encontro, realizado no mês de setembro, bastante confusão e pouca certeza sobre como escrever e o que dizer. Tínhamos poucas informações e entrevistados, mas decidimos nos arriscar a escrever alguma coisa para ter noção de como seria o trabalho dali em diante. O texto começou a ser produzido, sempre a quatro mãos. Nada do que era escrito por um de nós deixava de ser revisado pelo outro.

Mas bastou o fim do primeiro encontro para notar que aquele não seria o método mais adequado de trabalho. No domingo seguinte adotamos uma estratégia diferente: cada um escreveria o que havia apurado com as fontes até aquele momento. Mais uma vez a tática se mostrou ineficaz. Isso porque, no primeiro encontro que tivemos com nosso orientador após o início da escrita, o *feedback* que tivemos foi de que a reportagem estava desconectada, não havia ligação entre as retrancas que apresentamos. Não era de se espantar que fosse assim, afinal dentro das tentativas e erros que cometemos, esse era apenas mais um.

A dica que nosso orientador nos deu era muito simples, talvez tão óbvia que não havíamos prestado atenção a ela: a reportagem deveria ser dividida em tópicos, de modo que as retrancas utilizadas fizessem sentido e fossem “conversando” ao longo do texto. Com isso em mãos, decidimos dividir o tema em quatro pontos centrais a partir de características comuns das fontes entrevistadas: a dor pela perda dos filhos, as marcas deixadas pelo suicídio em pessoas próximas, a dolorosa superação do luto ao longo do tempo e as tentativas feitas por quem perdeu a vontade de viver.

Durante quatro demorados encontros realizados aos domingos – em geral nos encontrávamos às 10h e ficávamos escrevendo até as 20h –, conseguimos achar uma direção para o trabalho. Durante a semana, no tempo livre que conseguíamos nos estágios, a gente se dedicava à construção dos capítulos. Cada um ficou responsável por dois deles, e nos fins de semana a gente ajustava os últimos detalhes e revisava o conteúdo produzido.

Conforme o texto ia sendo construído, outras preocupações tomaram conta de nós. Uma delas dizia respeito à utilização ou não de fotos dos entrevistados. Por falta de experiência com fotografia ou ansiedade em escrever e conseguir boas entrevistas, fomos para os encontros com gravadores e blocos de anotações em mãos, além de muitas dúvidas na cabeça. Sem nos atentamos para a questão visual, não tiramos fotos dos sobreviventes e demais fontes.

Aí uma discussão intensa se iniciou entre nós. Enquanto um desejava voltar a falar com as fontes e ter imagens, o outro insistia para que isso não fosse feito, sob a alegação de que não seria relevante para a reportagem expor as pessoas visualmente. No fim prevaleceu o argumento de que seria um sofrimento desnecessário para os sobreviventes. Alguns deles, inclusive, só concordaram em nos dar a entrevista com a condição de que não seriam identificados, nem mesmo no nome. Daí seria possível deduzir a resistência que teriam para cederem suas imagens para nós.

Uma solução visual encontrada então foi a inclusão de gráficos relativos aos números do suicídio no Distrito Federal. Além disso, incluímos também algumas ilustrações com os principais comportamentos apresentados por quem comete suicídio e doenças relacionadas a transtornos mentais – comuns em quem tira a própria vida.

Ao fim de todo o processo, encerrado com sucesso no dia 10 de novembro, a certeza do dever cumprido. Na reportagem retratamos, o mais fielmente possível, o sentimento de cada um dos nossos entrevistados, angústias, medos, traumas e desafios enfrentados após a morte de alguém próximo vitimado pelo suicídio. Conosco levamos o aprendizado de que o assunto pode e deve ser mostrado pelo jornalismo.

7. Considerações finais

O suicídio é a consequência mais dramática e visível de um sofrimento intenso ou momento de grande perturbação. Para entendê-lo melhor é necessário estudar tudo que está por trás dele. A morte voluntária não é uma doença. Ao conversar com familiares e amigos de suicidas, julgamos que encontramos a maneira mais adequada para tratar o problema por um viés humanizado e consciente. Algo que leva em consideração o que a OMS pede em sua cartilha editada para profissionais de imprensa: em publicações jornalísticas, focar no sofrimento e luto de familiares auxilia aqueles que têm em mente o suicídio a pensar melhor sobre o assunto.

O trabalho em dupla propiciou compreender, de forma mais criteriosa, esse assunto que ainda hoje é difícil de ser enfrentado. Além de longas discussões sobre o que era necessário inserir nas páginas da reportagem e o que deveria ser omitido, optamos sempre por informações que fossem importantes para o leitor. Falávamos de mortes doloridas para os sobreviventes. Tudo foi abordado dentro de limites (éticos, profissionais e até mesmo pessoais) – já explicados ao longo da reportagem.

Nosso maior desafio foi sem dúvida encontrar as fontes para conversarmos, aqueles que levam consigo a denominação de sobreviventes. À medida que os encontrávamos, outro desafio estava posto: como abordar alguém sabendo que o tema da conversa tocaria em feridas tão profundas? Disso tiramos nosso maior aprendizado e recompensa: apenas o jornalismo nos dá a chance de, ao remexer certas lembranças, contar com precisão e riqueza de detalhes histórias reais. E mais do que isso: colocar em pauta e levar à discussão um assunto que a maioria pouco conhece ou então deseja – por diversos motivos que passam do medo até o preconceito – que seja mantido sob um eterno silêncio.

Conforme afirmaram todos os especialistas que entrevistamos, o suicídio ainda é um tabu para a sociedade. Com a ajuda do jornalismo talvez seja possível rever alguns conceitos relacionados ao tema e com isso fomentar a discussão. De certo, este trabalho não dá por encerrado o assunto. Há outras formas de contar as mesmas histórias. Há outros sobreviventes que precisam ser ouvidos. Há outros jornalistas que precisam ser instigados pela mesma curiosidade: a de entender por que não há discussão sobre o tema e qual a real necessidade de se falar de um problema de saúde pública como o suicídio.

Para nós, esse assunto é uma questão urgente e que não pode mais esperar por novas mortes.

O Distrito Federal não lidera as estatísticas de suicídios do país. Tão pouco o Brasil – com sua média de 5,1 mortes por 100 mil habitantes –, ocupa posição de grande destaque. Entretanto, o índice cresce a cada ano e preocupa as autoridades de saúde – se forem considerados os números absolutos, o Brasil está entre os primeiros países com mais mortes por suicídios: em 2006 foram registrados 8.639 óbitos. Algo em torno de 25 mortes por dia. A estes números, acrescenta-se aí um problema grave: as subnotificações dos casos, advindas da falta de preparo dos profissionais de saúde em lidar com o tema e o preconceito arraigado presente em nossa sociedade. Em todas as esferas públicas – municipal, estadual ou federal – falta atendimento de qualidade e eficaz para tratar o problema.

Finalizado todo o processo de construção da reportagem, foi possível para nós compreender que, mais importante do que os números aqui apresentados, são as histórias de cada um dos sobreviventes do suicídio que, de algum modo, encontraram forças para seguir adiante com suas vidas. Eles nos deram lições e ensinaram que é, sim, possível viver mesmo diante de tanta dificuldade e sofrimento. O jornalismo é feito a partir dessa dicotomia: histórias tristes e felizes. Nuances que certamente não estão presentes nas estatísticas sobre suicídios.

8. Cronograma

- ✓ **Concepção do projeto:** março a julho de 2013;
- ✓ **Leituras:** março a outubro de 2013;
- ✓ **Apuração e entrevistas:** agosto a outubro de 2013;
- ✓ **Produção da reportagem:** outubro a novembro de 2013;
- ✓ **Elaboração do memorial descritivo:** novembro de 2013;
- ✓ **Apresentação do produto para a banca:** dezembro de 2013

9. Orçamento

- ✓ **Gastos com transporte:** aproximadamente R\$ 100;
- ✓ **Gastos com telefonema:** cerca de R\$ 40;
- ✓ **Gastos com ilustração e diagramação:** R\$ 300;
- ✓ **Gastos com impressão:** R\$ 400.

10. Referências bibliográficas

- CASSORLA, Rosevelt Moises Smeke. **Do suicídio: Estudos brasileiros**. São Paulo: Papirus, 1998.
- DAPIEVE, Arthur. **Morreu na contramão – O suicídio como notícia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, 1986
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Marin Claret, 2005.
- FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>. [Acesso em 21 de novembro de 2011].
- FREIRAS, Joanneliese de Lucas. **Luto e Fenomenologia: Uma proposta compreensiva**. Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies – XIX(1): 97-105, jan-jul, 2013.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: L&PM, 2001.
- GRANDO, Carolina Pompeo. **O Suicídio na Pauta Jornalística**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-suicidio-na-pauta-jornalistica>. [Acesso em 21 de novembro de 2010].
- JORGE, Thaís de Mendonça. **A notícia e os valores-notícia: O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa**. In UNIrevista, vol. 1, nº 3, 2006, RS. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Jorge.pdf. [Acesso em 21 de novembro de 2013]
- KOVÁCS, Maria Júlia. “Morte, separação, perdas e o processo de luto”. In KOVÁCS, M. J. (Org.), **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992, p. 149-164.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Manole, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A auto violência: objeto da sociologia e problema de saúde pública**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(2): 421-428, abr-jun, 1998.
- Ministério da Saúde (MS). **Prevenção do suicídio: manual dirigido para profissionais da saúde da atenção básica**. Brasília, 2009.
- MOREIRA, Braitner. **A cobertura seletiva do suicídio – Como os fatos jornalísticos que envolvem a morte voluntária são tratados por jornais do Distrito Federal**. Universidade de Brasília, 2011. [Acesso em 21 de setembro]. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3615/1/2011_BraitnerMoreiraAndrade.pdf
- NEVES, Fernando; CORRÊA, Humberto e NICOLATO, Rodrigo. “**Suicídio e Cultura: Uma proposta para o fortalecimento da rede de cuidados em saúde mental**”. In revista *Debates: Psiquiatria hoje*. Associação Brasileira de Psiquiatria (ABAP). Rio de Janeiro, RJ, Ano 2, nº 5. set-out, p. 24-29, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Genebra, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Public health action for the prevention of suicide: a framework**. Genebra, 2012.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2009

PAIVA, Anabela e RAMOS, Sílvia. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e violência no Brasil. Rio de Janeiro: Uper, 2007

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PLATÃO. **Os Pensadores: Platão** – O Banquete; Fédon; Sofista, Político. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

RAÇABA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RIBEIRO, Daniel Mendelski. “**Suicídio**: critérios científicos e legais de análise”. Artigo disponível em: <http://jus.com.br/artigos/5670/suicidio-criterios-cientificos-e-legais-de-analise>. [Acesso em 25 de outubro de 2013].

SILVA, Ailim Oliveira Braz. **A cobertura proibida**: o suicídio, o jornalismo e o caso Pátio Brasil Shopping. Brasília, 2008.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são?** Construindo uma teoria da notícia. Universidade Fernando Pessoa. [Acesso em 13 de outubro de 2013]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>

SOUZA, Nei Ricardo de. **Sobrevivendo ao suicídio**: Estudo sociológico com famílias de suicidas em Curitiba. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo** – Questões, teorias, e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.